

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Comércio (Manaus)

Class.: 12

Data: 5 de Novembro de 1986

Pg.: _____

O que será o Calha Norte?

Numa sociedade que se diz democrática, nenhum projeto de âmbito tão extenso e duradouro como este Calha Norte, do Conselho de Segurança Nacional, pode passar despercebido da população, dos Estados e das entidades ligadas direta ou indiretamente ao problema.

Apesar das notícias que os jornais e outros veículos de comunicação têm editado nos últimos dias, pouco se sabe dos fins do projeto. Especula-se que a ocupação das nossas fronteiras com países limítrofes da região Norte da América do Sul preveniria a penetração em território nacional de "guerrilheiros de esquerda" e traficantes de cocaína.

O que a população vê, estarecida, porém, é que o projeto foi todo elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, do qual não participaram sequer representantes dos Estados e Territórios envolvidos. E somente ontem foi que o superintendente regional da Funai, Sebastião Amâncio, disse que o órgão foi consultado e participa do projeto, construindo 21 novos postos indígenas.

O chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado, José Félix, confirmou um dia desses, que o Calha Norte chegou ao conhecimento do governador Gilberto Mestrinho numa visita do então comandante militar da Amazônia, general Octávio Medeiros, sem que este perguntasse ao chefe do Executivo amazonense se aceitava ou não, se tinha alguma coisa a acrescentar ou observações a fazer.

Também não foi consultada a Igreja Católica e, por extensão (pelo menos assim acredita-se), outras religiões representativas nas áreas abrangidas pelo Calha Norte.

Se o projeto tem fins positivos (como é de se esperar), por que não discutí-lo publicamente, mostrando as razões de sua elaboração e a forma como a região será ocupada militarmente?

A CNBB propõe, de forma muito lúcida, que o projeto Calha Norte vá para o Congresso Nacional, que de lá se encaminhe para uma discussão ampla e por isso mesmo democrática. É o que todos queremos e devemos exigir.

Projeto Calha Norte

Há muito, alguns países colonialistas europeus, sob o disfarce de proteção às nações indígenas na Amazônia, alvitraram a idéia da criação de um território independente dos índios, na região onde vive a nação ianomâmi. O território independente seria constituído de parcelas territoriais do Brasil, Venezuela e Colômbia e para onde poderiam deslocar-se outras nações indígenas ameaçadas de extermínio pela expansão da civilização brasileira rumo ao Norte. As nações indígenas do Planalto Central brasileiro seriam as mais interessadas. Essa idéia foi ventilada no Tribunal Bertrand Russell, na Holanda, a que compareceu o cacique Juruna, hoje deputado federal Juruna. A idéia passou a seduzir, posteriormente, o Conselho Indigenista Missionário, agora sob a presidência de Dom Erwin Krautler, bispo do Xingu.

Tais perspectivas passaram a ser preocupações do Conselho de Segurança Nacional, que elaborou o "Projeto Calha Norte", de ocupação militar e sócio-econômica do extremo norte da Amazônia. E este projeto está sendo foco de um acirrado conflito entre a Igreja Católica e as Forças Armadas. O presidente do Conselho Indigenista Missionário afirma que tanto a criação desse suposto "Estado" ou território independente, como o apoio do Cimi e outras entidades para instituí-lo, são acusações levianas que camuflam interesses econômicos espúrios, de grupos nacionais e transnacionais que pretendem usurpar as terras dos índios, em um autêntico crime de lesa-pátria. Os indígenas da nação ianomâmi ocupam uma área de nove milhões de hectares na fronteira com a Venezuela, onde também vivem na região fronteiriça povos das nações iecwana e baré, com aproximadamente nove mil índios. A Igreja, através do Cimi, e outras organizações indigenistas lutam pela criação do Parque Ianomâmi, tendo o apoio do senador Severo Gomes, que apresentou o Projeto 379/85 no Senado Federal para a criação desse Parque. Para Dom Erwin Krautler, o "Projeto Calha Norte revela um caráter autoritário, imperialista e paranóico das concepções que o fundamentam". Para ele, esta é, enfim, a "nova política indigenista da Nova República, destinada a consumir velha aspiração dos setores mais retrógrados do País: a extinção das comunidades indígenas e a liberação definitiva de suas terras em benefício da especulação ou da exploração predatória", concluindo que "infelizmente a Nova República, em termos de política indigenista oficial, não mudou nada do que era praticado na época da ditadura".

A visão do Governo do presidente Sarney, através do Gabinete Militar, é outra. Segundo o general Bayma Denys, o Governo não irá prejudicar as comunidades indígenas que vivem na região onde será implantado o "Calha Norte". A Funai vai encontrar uma solução para o problema dos índios ianomâmis, que merecem toda a atenção do Governo. Como autor do projeto, o general Denys diz que o objetivo é instalar na área de fronteira de seis a sete pelotões militares, em torno dos quais se organizarão as comunidades. Exército, Marinha e Aeronáutica trabalharão em conjunto no "Projeto Calha Norte". De acordo com o Anexo à Portaria nº 43 da Secretaria-Geral da Seplan, com 29,3 milhões de cruzados, a FAB deve construir ou ampliar seis aeroportos no Amazonas, três deles — Querari, São Joaquim e Iauaretê — na faixa de fronteira com a Colômbia e dois no Território de Roraima. O mesmo documento aloca ao Exército 56,6 milhões de cruzados. Eles se destinam à organização do 5º Comando de Fronteira, em São Gabriel da Cachoeira, que vai instalar seus pelotões nas margens dos rios Negro e Uaupés.

A filosofia do "Projeto Calha Norte" é a presença do Brasil nas suas fronteiras.